

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.805 - MG (2019/0137989-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : JOÃO BOSCO DE MOURA LARA RESENDE**  
**ADVOGADO : JOAO BOSCO DE MOURA LARA RESENDE (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG033957**  
**AGRAVADO : ITAÚ SEGUROS S/A**  
**ADVOGADOS : JUCARA FREIRE DE SOUZA CRUZ E OUTRO(S) - MG024600**  
**DANIELLE DE LIMA PIRES PIMENTA - MG098863**  
**INTERES. : JULIO CESAR FIDELIS E OUTROS**  
**ADVOGADOS : JOSÉ OSVALDO MOREIRA - MG055316**  
**THIAGO TESTONI NEIVA MOREIRA - MG120566**  
**DOUGLAS FERREIRA MONTEIRO - MG159449**  
**INTERES. : STATUS TRANSPORTES PESADOS LIMITADA**  
**ADVOGADOS : WILSON LOPES - SP056875**  
**JOÃO BOSCO DE MOURA LARA RESENDE - MG033957**  
**INTERES. : MARLI FIGUEIREDO REIS E OUTROS**  
**ADVOGADOS : DÉCIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE E OUTRO(S) -**  
**MG056543**  
**LEONARDO JOSÉ MELO BRANDÃO - MG053684**  
**MARCELLO PRADO BADARÓ - MG046376**  
**GUSTAVO SOARES DA SILVEIRA GIORDANO - MG076733**  
**CRISTIANO RENNO SOMMER - MG065233**  
**DÉBORA FREIRE STARLING SOARES - MG087833**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por JOÃO BOSCO DE MOURA LARA RESENDE contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 282/STF, Súmula 7/STJ, Súmula 83/STJ e ausência/deficiência de cotejo analítico.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

**PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU**

O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente